



IDEIAS

Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social

Informação Estatística na Investigação II: Qualidade e Metodologia

Nelsa Massingue, Rosimina Ali e Rogério Ossemane

1. Introdução

O Ideias número 5 introduziu a discussão sobre acessibilidade a bases de dados estatísticos levantando vários pontos críticos nesta dimensão. O presente Ideias é uma continuação do anterior, centrando-se na questão da qualidade e metodologia de dados estatísticos. Uma das condições a ser respeitada na produção, colecta e divulgação da informação estatística é a qualidade. Defende Souza (1997:204) que é imprescindível, tanto para quem colecta ou produz, quanto para quem interpreta a informação estatística, explicitar e submeter suas opções conceptuais e metodológicas a uma avaliação técnica externa, independente e idónea.

Já em 2002, o Fundo Monetário Internacional (FMI) criticava o facto da documentação sobre metodologia e fontes de dados, para a maior parte das estatísticas macroeconómicas, não ser disponibilizada aos utilizadores. Em 2005, o FMI produziu outro relatório de avaliação e monitoria indicando que alguns dos problemas levantados em 2002 ainda persistiam. Entre os problemas apontados, em 2002, que parecem não ter registado melhorias substanciais até 2005 e mesmo depois, destacam-se exemplos como os seguintes: (i) dados não publicados (apesar de não confidenciais) deveriam ser postos à disposição dos utilizadores quando requisitados, sem as dificuldades que ainda persistem; (ii) diferenças na cobertura, sectorização, classificação e convenções técnicas continuam a dificultar a reconciliação de dados entre sectores; (iii) no caso do INE, apesar de alguma indicação ligeira ao nível metodológico, das fontes de dados, e técnicas estatísticas serem fornecidas no seu Website, tal informação surge maioritariamente *ex-post* e não em paralelo à publicação dos dados. (FMI 2005; 2002). O relatório do FMI produzido em 2008 mostra que apesar do quadro legal do sistema estatístico ser adequado, as instituições de estatística não têm recursos humanos e técnicos para cumprir com seus deveres (FMI 2008:49).

2. O que é qualidade de informação estatística?

A qualidade da informação estatística abrange várias dimensões que determinam o nível de expressão da realidade, medida e sua aptidão para usos específicos (análise, monitoria, avaliação). Estas dimensões incluem a abrangência e representatividade da amostra, actualidade e pontualidade dos dados, relevância, coerência e transparência metodológica na recolha e tratamento dos dados, bem como organização e disponibilização em termos de formato que facilite a leitura e uso dos dados.

3. Relação entre o usuário e instituições que produzem as estatísticas

O raciocínio estatístico exige que haja uma compreensão dos processos de construção e/ou colecta de dados estatísticos. Neste âmbito, como afirma Carvalho (2003) a formulação do problema e pergunta subjacente ao estudo é vital para a fase de recolha, organização, exploração e análise de dados estatísticos.

Quem faz uso dos dados estatísticos é quem sabe qual a informação que precisa. As entidades que produzem estatísticas oficiais devem responder às necessidades dos utilizadores. Este é um dos princípios de qualidade ou relevância no uso da informação estatística. Portanto, uma das principais expressões de qualidade da informação estatística deve ser sua utilidade. Sem utilidade, não há qualidade mesmo que os dados sejam coerentes e organizados segundo padrões internacionais; daí que seja crucial abordar a questão da pergunta chave.

A maior parte da estatística produzida em Moçambique procura responder a uma abordagem macroeconómica dominante, essencialmente monetarista, correspondente à abordagem das instituições financeiras internacionais e doadores que influenciam a política económica e a avaliação do desempenho económico em Moçambique. Por exemplo, as estatísticas macroeconómicas fornecem informação agregada sobre taxas

de crescimento do PIB, balança de pagamentos, equilíbrio fiscal, índice de preços ao consumidor, mercados financeiros e taxas de câmbio. No entanto, não há informação desagregada sobre emprego, sobre as exportações e importações (mercados, preços, produtos), sobre o investimento e sobre os determinantes dos preços e do crescimento. Portanto, pela estatística é possível analisar o nível de equilíbrio da economia mas não as suas dinâmicas estruturais mais profundas. Como afirma Cazorla e Castro (2008), por detrás da informação produzida existe um patrocinador (neste caso o Governo e os financiadores externos do orçamento do Estado), implicando que a informação tenda a responder primeiramente aos seus interesses. O resultado disto é um certo tipo de informação ser considerada como estatística vital, mas que na realidade não permite avançar para análises mais profundas de dinâmicas sócio-económicas.

No caso de Moçambique, a interacção entre as entidades responsáveis e os utilizadores da informação estatística tem sido deficiente devido, sobretudo, à escassez de propostas concretas por parte dos utentes e ao fraco empenho das entidades responsáveis em interagir com os utilizadores. As estatísticas oficiais produzidas pelas instituições nacionais deviam ser mais do que ferramentas limitadas e estáticas. Quem na prática deve dar vida a tais dados, transformando-os em informações relevantes, são os especialistas (académicos, investigadores, cientistas políticos, sociólogos, etc). Se estes não podem aceder a estatísticas que permitam responder a questões ou problemas de pesquisa relevantes, a utilidade de tais estatísticas será limitada.

4. Problemas relacionados com a qualidade e metodologia da informação

Neste domínio vários exemplos podem caracterizar os problemas de qualidade encontrados pelos utilizadores da informação estatística oficial.

A maior parte dos dados estatísticos parece responder a problemas de estabilização

macroeconómica monetarista (modelo do FMI) e indicadores estáticos e clássicos de pobreza (modelos dos documentos estratégicos de redução da pobreza, PRSP). A produção de estatística no país não permite tratar de problemas estruturais dinâmicos da economia, acabando por servir mais fins ilustrativos ou de modelação monetarista/pobreza do que fins de aprofundamento analítico e de avaliação profunda.

Esta tendência é evidenciada pelos relatórios do Governo ricos em expressões como “no período em referência houve um aumento/diminuição (por exemplo das importações, exportações, inflação, PIB) em X%”. Porém, quando se pretende fazer uma análise mais profunda das dinâmicas de tal variação, os dados não o permitem fazer, quer porque não se dispõe de metodologias ou dos próprios dados, quer porque os métodos usados em diferentes períodos não são compatíveis.

Por exemplo, a discriminação das exportações por produto, quantidades, preços, mercados iria permitir perceber melhor as razões, tendências históricas e perspectivas, e avaliar o impacto sobre diferentes grupos. Um estudo realizado por Ali (2008) mostra que a discriminação do produto Interno Bruto (PIB) até ao nível distrital permite, entre outros aspectos, identificar dinâmicas de desigualdade locais que não são captadas pelos dados agregados a nível nacional (por ex. enquanto os dados agregados a nível nacional sugerem uma redução das desigualdades, ao considerar os dados a nível regional a imagem muda completamente, sugerindo um aumento em vez de diminuição da desigualdade). Este tipo de informação, fundamental para intervenções mais efectivas e focalizadas, é quase impossível de obter através dos mecanismos e dados oficiais actualmente disponibilizados. Um outro aspecto diz respeito a inconsistências metodológicas, relacionadas com alterações sucessivas de nomenclatura e tipo de amostragem. Isto dificulta a solidez e coerência da análise, nomeadamente a comparabilidade dos dados estatísticos e sua sistematização.

As nomenclaturas ou códigos para designação de um item, nos relatórios do INE, têm mudado, às vezes de ano para ano; por exemplo os códigos de 2000 a 2003, para indústria transformadora são diferentes dos códigos usados depois de 2004, no mesmo sector. O mesmo sucede com os relatórios da Balança de Pagamentos do Banco de Moçambique; a partir de 2002 alterou-se a apresentação dos dados das importações de CIF (valor das importações incluindo valor de compra, custo de frete e seguro) para FOB (valor das importações incluindo

somente o valor de compra). Sem um esforço adicional das entidades de proporcionar forma tecnicamente adequada para se fazer sentido de tais dados, corre-se o risco de induzir os utilizadores a tirarem conclusões incorrectas e enganadoras.

O tamanho da amostra não é consistente de ano para ano. Olhando especificamente para os relatórios estatísticos anuais do INE, no que concerne ao sector da indústria transformadora, o tamanho da amostra era de 131 empresas em 2002, em 2003 foi de 92 empresas, em 2004 de 51 empresas e em 2005 de 165 empresas. Tais alterações ocorrem sem nenhuma explicação sólida e clara de como e porquê aconteceram. Isto compromete a fiabilidade dos dados, podendo-se mesmo questionar que algumas das estatísticas divulgadas seja reais ou reflitam a realidade do país. As publicações estatísticas deveriam ser acompanhadas de notas que não só explicam a forma como foram produzidas as estatísticas, mas também expliquem a origem e causa das mudanças de códigos, das designações, das bases técnicas e demais alterações metodológicas.

A questão da pontualidade e actualidade é um entrave para a tomada de decisões e recomendações de política, em tempo útil. Se a maior parte dos dados estatísticos são proporcionados com atrasos consideráveis. (e.g. os anuários produzidos pelo INE têm um atraso de 2 anos), esta informação servirá para fazer história estatística mas não informa e sustenta as decisões importantes em determinado momento.

A busca de critérios de unificação e padronização da informação estatística para possibilitar articulações entre diversas fontes internacionais, nacionais, provinciais ou municipais é também um critério fundamental de qualidade dos dados. A harmonização de todos os produtos, actividades, ou serviços existentes num país sobre um código padrão, permite ganhos de produtividade (maior facilidade de se lidar com os dados, maior velocidade em todas as etapas de uma pesquisa) e, também, comparabilidade internacional (Souza, 1997).

A melhoria dos dados estatísticos depende não só da sua disponibilização assim como do seu uso. Enquanto a produção dos dados estatísticos responde a determinadas perguntas, o seu uso pode levantar uma série de outras questões que requerem a colecta de dados adicionais para maior profundidade e clareza da análise. A relevância das fragilidades dos dados e metodologias usados poderão ser melhor detectadas e avaliadas por quem faz o uso da informação. Desta forma, num próximo IDelAS será discutido como é que institutos, do género do IESE,

poderão agir como potenciais aceleradores e indutores de melhorias desejáveis na informação estatística oficial.

Bibliografia

- Ali, R. 2008. Níveis e tendências da desigualdade económica e do desenvolvimento humano em Moçambique: 1996-2006, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Economia, Maputo, www.iese.ac.mz
- Banco de Moçambique. Relatórios de Balança de Pagamentos (Diversos), Maputo
- Carvalho, C. 2003. Literacia Estatística. Comunicação apresentada na mesa redonda literacia estatística do I Seminário de Matemática – 14ª Conferência realizada pelo COLE, Campinas (São Paulo) 22-25 de Julho.
- Cazorla, I.M. e Castro, F. C. 2008. O papel da estatística na leitura do mundo: Letramento estatístico, Publicado pela UEPG, Ponta Grossa, www.stat.auckland.ac.nz
- Fundo Monetário Internacional (FMI).2008. Republic of Mozambique: Report on the Observance of Standards and Codes—Fiscal transparency module, www.imf.org
- Fundo Monetário Internacional (FMI).2005. Republic of Mozambique: Report on the Observance of Standards and Codes—Data Module—Update, IMF Country Report No. 05/278, www.imf.org
- Fundo Monetário Internacional (FMI).2002. Republic of Mozambique: Report on the Observance of Standards and Codes—Data Module, www.imf.org
- Instituto Nacional de Estatística (INE). Anuários Estatísticos (Diversos), Maputo
- Souza, L. P. 1997. A informação estatística: bem económico e social, perspectivas científicas e informação, Vol.2, Nº2, Belo Horizonte, www.eci.ufmg.br